

ESTATUTOS

DA

CASA DO POVO DE SOBREIRA

(Decreto-lei n.º 30.710 — Aprovada por alvará de 3 de Junho de 1941)

I

Organização geral, atribuições e fins

Artigo 1.º A Casa do Povo de Sobreira rege-se pelos presentes estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2.º A área da Casa do Povo que tem a sua sede em Sobreira fica circunscrita à freguesia de Sobreira do concelho de Paredes.

Art. 3.º A Casa do Povo é um organismo de cooperação social, com personalidade jurídica, podendo estar em juízo e exercer todos os direitos relativos aos seus interesses legítimos.

Art. 4.º A Casa do Povo terá uma bandeira, com as côres do concelho da sede, tendo ao centro o escudo nacional e disposta por baixo dêste a sua designação.

Art. 5.º Os fins da Casa do Povo são os seguintes:

1.º Exercer funções de representação de todos os trabalhadores nela inscritos como sócios efectivos ou em condições de nessa categoria se inscreverem, assumindo o estudo e a defesa dos respectivos interesses nos seus aspectos moral, económico e social;

2.º Assegurar o exercício da actividade de previdência e de assistência que lhe incumbe desenvolver com o objectivo de dispensar protecção e auxílio nos casos de doença, desemprego, inhabilidade e velhice;

3.º Cooperar, dentro da sua área, no ensino aos adultos e às crianças, tendo em vista a elevação do nível de cultura profissional e geral e o melhor aproveitamento do tempo disponível dos trabalhadores;

4.º Contribuir para a realização de melhoramentos locais, participando em obras de utilidade comum, comunicações, serviço de águas, higiene pública e outras equivalentes, tendo, porém, sempre em vista o combate ao desemprego e devendo, para esse efeito, cooperar em obras de iniciativa e responsabilidade do Estado, das autarquias locais ou dos proprietários, executadas em épocas de falta de trabalho.

II

Dos sócios**1) Categorias**

Art. 6.º Há três categorias de sócios: efectivos, contribuintes e protectores.

Art. 7.º São sócios efectivos os trabalhadores rurais ou outros que deles se não diferenciem nitidamente em situação material ou modo de vida, residentes na área da Casa do Povo, desde que uns e outros sejam de nacionalidade portuguesa e chefes de família ou maiores de dezóito anos do sexo masculino, e ainda os produtores agrícolas que não possam ser contribuintes por os seus bens ou rendimentos não serem suficientes para lhes assegurar situação diversa do comum daquêles trabalhadores.

Art. 8.º São sócios contribuintes os produtores agrícolas da área da Casa do Povo, ainda que ali não residam, considerando-se como tais todas as entidades, singulares ou colectivas, que forem proprietárias ou explorem, como rendeiros, parceiros ou, na ausência do proprietário, como administradores, sejam ou não seus parentes, quaisquer prédios rústicos, e as mais entidades assim classificadas pela legislação reguladora dos organismos corporativos e de coordenação económica.

Art. 9.º São sócios protectores todas as entidades que contribuam voluntária e periodicamente com quaisquer quantias para a constituição das receitas da Casa do Povo.

Art. 10.º Podem ser declarados benfeitores da Casa do Povo as pessoas que, por lhe prestarem relevantes serviços ou a auxiliarem com donativos consideráveis, se tornem merecedoras de tal distinção.

Art. 11.º A Casa do Povo organizará anualmente a lista dos sócios efectivos e contribuintes e afixará, na sua sede, em lugar bem visível, no início de cada ano e durante 30 dias pelo menos, a relação nominal das pessoas inscritas em uma ou outra qualidade, para efeito de quaisquer reclamações que os interessados queiram formular.

§ 1.º As reclamações serão apresentadas à Casa do Povo até ao dia 15 de Fevereiro e decididas pela direcção no prazo de quinze dias, com recurso para o delegado distrital do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, interposto nos dez dias seguintes ao recebimento pelo interessado na notificação da resolução tomada.

§ 2.º A Casa do Povo poderá solicitar da Câmara Municipal e Junta de Freguesia as informações necessárias ao justo recenseamento dos sócios.

2) Cotas

Art. 12.º As cotas dos sócios efectivos serão fixadas anualmente pela direcção entre o mínimo de 1\$50 e o máximo de 3\$00 mensais, consoante os benefícios que a Casa do Povo se proponha conseguir para os seus filiados.

Art. 13.º As cotas dos sócios contribuintes serão estipuladas por classes de produtores agrícolas, tendo em vista os respectivos rendimentos e tomando-se, normalmente, por base as colectas da contribuição predial rústica.

Art. 14.º A classificação dos sócios a que se refere o artigo anterior e, bem assim, a fixação das cotas para as diferentes classes, as quais, em regra, não serão inferiores a 5\$00 mensais, resultarão de acôrdo entre a Casa do Povo e o Grémio da Lavoura do concelho.

§ 1.º Não estando constituído e em funcionamento o Grémio da Lavoura, a representação dos produtores agrícolas incumbirá a três de entre eles, eleitos por maioria de votos em reunião convocada pelo delegado do I. N. T. P.

§ 2.º O acôrdo a que se refere o corpo do artigo, uma vez homologado pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, obrigará todos os produtores agrícolas em condições de serem sócios contribuintes da Casa do Povo.

§ 3.º Nos casos em que o acôrdo deixe de realizar-se, por omissão do Grémio da Lavoura ou dos produtores agrícolas, a classificação dos sócios contribuintes e a fixação das respectivas cotas serão feitas pelo I. T. N. P.

Art. 15.º Sempre que o sócio efectivo esteja em divida não justificada de cotas, a Casa do Povo avisa-lo-á para, no prazo de 15 dias, efectuar o pagamento ou prestar caução, ou justificar a falta, sob a cominação de não poder ser admitido em qualquer trabalho enquanto o não fizer.

§ 1.º Decorrido aquêle prazo sem que tenha sido efectuado o pagamento, prestada caução ou justificada a falta, se o sócio remisso se empregar por conta de outrem, será pela Casa do Povo, em carta registada com aviso de recepção ou entregue contra recibo, advertida a entidade patronal que o admitir de ficar responsável pelo pagamento, se o mantiver ao seu serviço.

§ 2.º Se o sócio remisso tiver já salários vencidos e não pagos na altura em que a entidade patronal receber o aviso, a Casa do Povo cobrará dela a respectiva importância até ao quantitativo das cotas em débito.

§ 3.º Nas execuções contra as entidades patronais, por dividas resultantes da aplicação dos parágrafos anteriores, a Casa do Povo enviará ao tribunal do trabalho competente, certidão da divida, da qual conste haver sido feito a advertência aos responsáveis.

3) Deveres e direitos

Art. 16.º São deveres dos sócios em geral:

- 1.º Pagar pontualmente as suas cotas;
- 2.º Não desenvolver qualquer espécie de acção politica ou social contrária aos interesses da Nação ou à constituição do Estado.

Art. 17.º Aos sócios efectivos incumbe mais:

- 1.º Comparecer nas reuniões da assembleia geral;
- 2.º Servir com zelo e gratuitamente os cargos para que toram designados;
- 3.º Participar à direcção qualquer mudança de residência e ainda comunicar-lhe a sua ausência da área da Casa do Povo quando por tempo excedente a três anos;

4.º Concorrer para o progresso e desenvolvimento da Casa do Povo.

Art. 18.º Cumpre especialmente aos sócios contribuintes:

- 1.º Desempenhar zelosa e gratuitamente as funções para que foram escolhidos;

2.º Assegurar o pagamento regular das suas cotas quando se afastem da área da Casa do Povo ou lá não residam ;

3.º Observar rigorosamente o disposto nos §§ 1.º e 2.º do artigo 15.º.

Art. 19.º Os sócios efectivos que sejam chefes de família gozam dos seguintes direitos :

1.º Tomar parte nas assembleias gerais ;

2.º Eleger e ser eleitos para os cargos sociais, nos termos destes estatutos ;

3.º Formular propostas à assembleia geral ou à direcção relativamente aos assuntos da competência da Casa do Povo ;

4.º Requerer a convocação da assembleia geral, de acordo com o estipulado nos presentes estatutos ;

5.º Levar ao conhecimento do presidente da assembleia geral qualquer resolução ou acto administrativo da direcção que se lhes afigure contrário aos interesses da Casa do Povo ou oposto aos seus estatutos.

Art. 20.º Durante a prestação do serviço militar obrigatório ficarão os sócios efectivos dispensados do pagamento das cotas, mas não poderão exercer cargos sociais nem beneficiar das regalias concedidas pelo Fundo de Previdência.

Art. 21.º Além dos deveres e direitos expressamente reconhecidos nos artigos antecedentes, cabem aos sócios todos os mais que resultem do disposto nos presentes estatutos ou nas leis aplicáveis.

4) Penalidades

Art. 22.º Pelas infracções disciplinares cometidas pelos sócios são aplicáveis as seguintes penalidades :

1.ª Repreensão ;

2.ª Suspensão.

Art. 23.º São factos pelos quais o sócio pode ser repreendido :

1.º Ser menos prudente ou correcto no seu procedimento associativo, por forma a poder diminuir o bom nome da Casa do Povo ;

2.º Não cumprir as resoluções tomadas pela assembleia geral ou pela direcção, de harmonia com os estatutos e a lei.

Art. 24.º Será suspenso por trinta a noventa dias o sócio que :

1.º Desrespeite qualquer membro da assembleia geral ou da direcção, ou empregado em exercício das suas funções ;

2.º Se recuse, sem motivo justificado, a desempenhar os cargos sociais para que houver sido designado ;

3.º Se encontre pronunciado, com trânsito em julgado, por crime a que corresponda pena maior.

Art. 25.º Serão suspensos por tempo superior a noventa dias :

1.º Os que se mostrarem maus portugueses ;

2.º Os que desenvolverem acção contrária aos interesses do Estado português ou da ordem social estabelecida ;

3.º Os que delapidarem os bens da instituição ;

4.º Os que tentarem desacreditar a Casa do Povo ;

5.º Os que, por qualquer forma, atentarem contra a boa ordem e harmonia que nela deve existir ;

6.º Os que contra outros sócios formularem acusações que não provarem, em assuntos relacionados com a actividade do organismo;

7.º Os que, na sede da Casa do Povo ou fora dela, ofenderem corporalmente qualquer membro da mesa da assembleia geral ou da direcção, ou empregado no exercício das suas funções;

8.º Os que perturbarem a ordem dos trabalhos em sessões da assembleia geral;

9.º Os que forem definitivamente condenados a pena maior;

10.º Aquêles que, havendo já sido suspensos, incorrerem em nova falta.

Art. 26.º A suspensão implica a incapacidade temporária para usufruir os direitos e regalias que resultam da qualidade de sócio, mas não isenta do pagamento das cotas.

Art. 27.º Os sócios incurso na penalidade do artigo 25.º poderão ser expulsos, mantendo-se, porém, a obrigatoriedade do pagamento das cotas.

Art. 28.º As penalidades são aplicadas pela direcção, sob proposta do seu presidente ou do presidente da assembleia geral.

Art. 29.º As penalidades dos artigos 25.º e 27.º carecem de ser confirmadas pelo I. N. T. P., sob proposta fundamentada da direcção da Casa do Povo, remetida por intermédio do delegado distrital.

Art. 30.º O sócio arguido de qualquer falta será sempre, antes de punido, convocado para se defender e ouvido, caso compareça.

III

Da actividade social

1) Generalidades

Art. 31.º A Casa do Povo respeitará os principios e a finalidade da colectividade nacional, com renúncia a toda e qualquer forma de actividade contrária aos interesses da Nação Portuguesa.

Art. 32.º A Casa do Povo constitue factor de cooperação activa com todos os outros elementos da economia nacional, e repudia expressamente o principio da luta de classes.

2) Representação profissional

Art. 33.º No exercício da sua função de representação do trabalho rural podê a Casa do Povo:

1.º Negociar e firmar com o Grémio da Lavoura do seu concelho contratos colectivos de trabalho e acôrdos colectivos com os produtores agrícolas da sua área no caso de êstes se não encontrarem corporativamente organizados;

2.º Colaborar com o Grémio da Lavoura em iniciativas que tendam a melhorar a condição moral ou material da população agrícola.

Art. 34.º Os acôrdos colectivos a que se refere o n.º 1.º do artigo anterior, uma vez aprovados pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, obrigam todos os produtores agrícolas da respectiva

área, signatários ou não signatários, desde que aquêles representem mais de metade do valor matricial da propriedade rústica.

3) Previdência

a) Dos objectivos

Art. 35.º Na Casa do Povo haverá um Fundo de Previdência, destinado exclusivamente a garantir a realização dos fins de previdência que lhe incumbe.

Art. 36.º Pelos recursos do Fundo de Previdência será feita a título obrigatório e nos termos dêstes estatutos, a concessão dos seguintes benefícios :

- a) Assistência médica ;
- b) Subsídio pecuniário na doença ;
- c) Subsídio por morte, que reverterá para as famílias dos que falecerem.

Art. 37.º Poderão ser postas em prática outras modalidades de previdência, nomeadamente subsídios de invalidez e por nascimento de filhos e socorros farmacêuticos, desde que os recursos o permitam e mediante autorização do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

b) Dos beneficiários

Art. 38.º São, por direito próprio, beneficiários do Fundo de Previdência todos os sócios efectivos da Casa do Povo.

Art. 39.º Os benefícios, ou alguns dêles, poderão ser extensivos aos sócios contribuintes cuja situação económica o justifique.

Art. 40.º Igualmente podem beneficiar de assistência médica, independentemente de qualquer contribuição, as mulheres legítimas, os filhos menores de dezoito anos e os pais inválidos que vivam em economia familiar com os sócios efectivos ou contribuintes a que se referem os artigos antecedentes.

Art. 41.º Mediante o pagamento da contribuição que fôr fixada pela Casa do Povo e sancionada pelo I. N. T. P., poderão usufruir os benefícios facultados pelo Fundo de Previdência, decorrido um ano após a sua admissão como beneficiários, os individuos de qualquer sexo que, não sendo chefes de família, residam na área da Casa do Povo e aí exerçam mester ou disfrutem situação económica comparável a dos trabalhadores rurais e que tenham bom comportamento moral e civil.

Art. 42.º Aos beneficiários cumpre passar recibo de todas as quantias que receberem da Casa do Povo e observar, quando doentes, as prescrições do médico, devendo ainda pagar pontualmente as suas cotas ou contribuições.

Art. 43.º Não têm direito a subsidios por doença ou invalidez, nem a assistência médica e farmaceutica :

1.º Os sinistrados por accidentes de trabalho ou portadores de doenças profissionais contraídas ao serviço de outrem que estejam a coberto da respectiva legislação ;

2.º Os que sejam vítimas de desastres motivados por embriaguez ;

3.º Os que sejam vítimas de ofensas corporais em consequência de desordem que hajam provocado ;

4.º Os sócios da Casa do Povo ou outros beneficiários do Fundo de Previdência que se encontrem suspensos dos seus direitos por virtude de penalidade que lhes tenha sido imposta ou por falta de pagamento de cotas ou contribuições por mais de dois meses;

5.º Os que faltarem ao respeito a direcção ao presidente da assembleia geral da Casa do Povo derem provas de espírito indisciplinado ou praticarem actos indignos;

6.º Os que tiverem praticado qualquer crime a que no Código Penal caiba pena maior, ou o crime de furto ou roubo, depois da sentença passada em julgado.

Art. 44.º Pode a direcção da Casa do Povo aplicar a pena de suspensão de direitos, por um mês a um ano, a todo e qualquer beneficiário que, estando com parte de doente e a receber subsídio, fôr encontrado a trabalhar ou fora de casa sem licença do médico assistente, ou por qualquer forma tenha demonstrado o propósito de iludir o pessoal sanitário ou administrativo, com o fim de obter benefícios indevidos.

§ 1.º Da decisão que aplicar a pena de suspensão cabe recurso para o delegado do I. N. T. P., o qual será interposto no prazo de quinze dias.

§ 2.º A suspensão não isenta do pagamento de cotas ou contribuições.

c) Da assistência médica

Art. 45.º A todos os beneficiários do Fundo de Previdência no pleno gozo dos seus direitos será prestada, quando doentes, assistência médica, incluindo visita do domicílio caso a doença os impossibilite de sair.

§ 1.º O parto é considerado doença para os efeitos dêste artigo.

§ 2.º Na assistência médica estão abrangidos os tratamentos e as intervenções de pequena cirurgia.

Art. 46.º O médico, sempre que seja chamado a visitar um doente no domicílio, deverá comunicá-lo imediatamente, por escrito, à direcção, se verificar que a chamada se não justificava por o beneficiário poder comparecer à consulta.

Art. 47.º Quando se der a hipótese prevista no artigo anterior o transporte do médico e a consulta ficarão a cargo do beneficiário e a importância respectiva será deduzida no subsídio a que tiver direito ou cobrada pelos meios ordinários.

Art. 48.º O médico visitará periódica e obrigatoriamente, a partir do oitavo dia de doença, os beneficiários que recebam subsídios.

Art. 49.º Poderá a Casa do Povo designar o médico privativo ou ajustar com vários, entre os quais será lícito aos doentes optar, o regime e condições em que se obrigam a prestar assistência aos beneficiários, ou ainda acordar com a respectiva Câmara Municipal ou Misericórdia os termos em que os médicos daqueles organismos a deverão prestar.

§ 1.º Sempre que fôr possível, deverá a Casa do Povo acordar com a Câmara Municipal os termos em que médico municipal prestará assistência aos beneficiários e o dia da semana da consulta, de harmonia com o disposto no artigo 150.º, n.º 9.º, do Código Administrativo.

§ 2.º Poderá ainda a Casa do Povo assumir o encargo de prestar assistência clínica à população da sua área, mediante um subsídio a

conceder pela Câmara Municipal, nos termos do § 3.º do artigo 145.º do Código Administrativo.

Art. 50.º No caso de se adptar a primeira das modalidades referidas no artigo anterior, o médico será escolhido precedendo concurso documental, preferindo-se o concorrente que ofereça melhores garantias de idoneidade moral e profissional e de cooperação na realização dos fins das Casas do Povo e do Estado.

Art. 51.º O médico escolhido será contratado nas condições estabelecidas para o concurso, devendo o contrato ser reduzido a escrito e só vigorando a partir da sua homologação pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Art. 52.º Do contrato deve obrigatoriamente constar :

- a) O nome do contratado;
- b) Os serviços que se obriga a prestar;
- c) Os honorários que receberá;
- d) O local onde serão dadas as consultas e, no caso de não serem diárias, os dias para elas designados;
- e) A obrigação de substituição por outro colega sempre que tenha de ausentar-se por período superior a vinte e quatro horas;
- f) O prazo de validade;
- g) Os casos em que é permitida a rescisão.

§ 1.º Sempre que fôr possível, consignar-se-á a obrigação de residência na localidade da sede da Casa do Povo ou, pelo menos, dentro da respectiva área.

§ 2.º No quadro dos serviços a prestar incluir-se-á sempre a efectivação de pequenas palestras sobre temas elementares de higiene, profilaxia e puericultura.

Art. 53.º No caso de se adoptar a segunda, o regime e condições em que o médico se obriga a prestar os seus serviços constarão de regulamento especial, que será submetido à sanção do I. N. T. P.

Art. 54.º Os honorários dos médicos serão, de preferência, estabelecidos de acordo com o sistema de capitação e em função do número total dos beneficiários.

d) Do subsídio na doença

Art. 55.º O subsídio na doença será concedido aos sócios efectivos e mais pessoas a que se referem os artigos 39.º e 41.º, sempre que se verifique a sua incapacidade temporária para o trabalho e esta não resulte de doença crónica.

Art. 56.º O subsídio será pago a partir do terceiro dia da doença verificada pelo médico, se a impossibilidade durar tempo igual ou superior, e referir-se-á apenas aos dias úteis de trabalho.

Art. 57.º O subsídio será pago semanalmente, em dia certo a fixar pela direcção da Casa do Povo.

Art. 58.º O subsídio será calculado sobre a base do salário médio corrente na região ao tempo da doença.

Art. 59.º O quantitativo do subsídio será fixado pela forma seguinte: 40 por cento do salário nos primeiros trinta dias; 30 por cento nos sessenta dias seguintes.

§ 1.º Cada beneficiário não tem direito a mais de noventa dias de subsídio em cada ano, mas, excepcionalmente, a direcção da Casa do Povo poderá conceder-lho por mais trinta dias.

§ 2.º Sempre que as condições de família a cargo do beneficiário o justifiquem e as receitas do Fundo de Previdência o permitam, as percentagens referidas neste artigo poderão ser elevadas respectivamente a 60 e 40 por cento.

Art. 60.º Aos beneficiários que dentro do prazo de um ano, depois de terem tido alta, adoeçam novamente, será contado, para o efeito do cálculo do subsídio, o periodo de doença ou doenças anteriores.

c) Do subsídio por morte

Art. 61.º O subsídio por morte, cuja importância é fixada em 150\$00, destina-se ao pagamento das despesas com o funeral e luto e a ele têm direito independentemente de habilitação judicial, os herdeiros legítimos que à data do óbito vivam em economia familiar com qualquer das pessoas a que aludem os artigos 38.º, 39.º e 41.º.

f) Das outras modalidades de previdência

Art. 62.º As outras modalidades de previdência serão eventualmente estabelecidas de harmonia com os regulamentos que forem elaborados pela Casa do Povo e sancionados pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

g) Da perda de direitos

Art. 63.º Os subsídios não reclamados no prazo de um ano, a contar do último dia do seu vencimento, reverterem para o Fundo de Previdência.

h) Das receitas do Fundo de Previdência

Art. 64.º Constituem receita do Fundo de Previdência :

1.º A parte das receitas normais da Casa do Povo que fôr fixada de acôrdo com a previsão do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência ;

2.º O produto das contribuições dos indivíduos a que se refere o artigo 41.º ;

3.º Os subsídios recebidos do Fundo Comum das Casas do Povo com destino à realização dos fins de previdência ;

4.º Os donativos ou legados que forem feitos à Casa do Povo, por quaisquer entidades públicas ou particulares, com aplicação expressa a objectivos de previdência.

i) Da administração do Fundo de Previdência

Art. 65.º A administração do Fundo de Previdência compete à direcção da Casa do Povo, que será assistida pelo presidente da assembleia geral e poderá agregar a si, para a execução dos serviços, um sócio efectivo ou contribuinte, ou mesmo um empregado remunerado, o qual poderá prestar serviço em mais de uma Casa do Povo, sempre que as circunstâncias o justifiquem e o aprove o I. N. T. P.

4) Assistência

Art. 66.º A Casa do Povo destinará anualmente uma verba para auxílios imperiosos aos sócios efectivos, tendo especialmente em vista acudir

aos inválidos, enquanto não estiver em condições de garantir a concessão regular de pensões de invalidez.

Art. 67.º Destinar-se-á a reforço dos subsídios de invalidez a verba que para esse efeito fôr concedida pelas forças do Fundo Comum das Casas do Povo.

Art. 68.º Entra na esfera de acção da Casa do Povo a criação de dispensários, lactários-creches e asilos para crianças e velhos, proporcionados às possibilidades locais, ou cooperar na sua fundação e manutenção.

Art. 69.º Poderá também a Casa do Povo conceder, mediante autorização superior, subsídios pecuniários por nascimento de filhos e socorros farmacêuticos, assim como efectuar eventualmente a distribuição de alimentos e agasalhos em épocas de crise.

Art. 70.º Incumbe ainda à Casa do Povo a defesa das condições de sanidade local, em especial contra a tuberculose, servindo-se para isso de todos os recursos de propaganda ao seu alcance e devendo submeter-se às normas estabelecidas pelos organismos superiores competentes.

Art. 71.º A acção de assistência da Casa do Povo poderá estender-se às famílias dos sócios efectivos e ainda a outros indivíduos que, por falta de requisitos legais, nela se não possam inscrever nessa qualidade.

5) Educação

Art. 72.º A acção educativa da Casa do Povo terá sempre em vista fortalecer nos meios rurais o culto da Pátria, o amor da terra, o sentimento da família e, de um modo geral, as virtudes cristãs da moral tradicional.

Art. 73.º A instrução, ministrada em escolas, cursos e postos de ensino para adultos e crianças, tomará como objectivo fundamental a formação ou o aperfeiçoamento dos conhecimentos profissionais de técnica agrária.

Art. 74.º A Casa do Povo poderá, na medida em que o consintam as suas possibilidades, instalar uma pequena biblioteca de obras criteriosamente seleccionadas.

Art. 75.º A Casa do Povo utilizará, sendo possível, o cinema como instrumento de cultura popular, promovendo a exibição de fitas adequadas e excluindo todas aquelas que possam constituir factor de perversão dos bons costumes e da ordem social.

§ único. As entradas para os espectáculos serão em regra pagas a preços reduzidos, podendo estes, contudo, ser fixados de modo a produzirem receita para o cofre da instituição.

Art. 76.º O número de espectáculos, cinematográficos ou outros, será fixado de forma que estes não venham a prejudicar os dias normais de trabalho, nem constituam, pela sua frequência, causa de perturbação na economia doméstica dos associados.

Art. 77.º A Casa do Povo diligenciará igualmente desenvolver a cultura física dos seus filiados, pela utilização racional dos desportos, ficando, porém, a prática destes sujeita à fiscalização médica.

§ único. Deverá a Casa do Povo, logo que lhe seja possível, adquirir ou arrendar terreno destinado à instalação de um campo de jogos.

Art. 78.º Poderá ainda a Casa do Povo promover outras diversões além das indicadas nos artigos anteriores, mas tendo sempre em vista a finalidade educativa.

Art. 79.º Em tôda a sua actividade cultural, no tríplice aspecto da educação física, intelectual e moral, a Casa do Povo subordina-se às directrizes orientadoras da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho.

6) Melhoramentos locais

Art. 80.º A cooperação da Casa do Povo na realização de melhoramentos locais consistirá no recrutamento do pessoal desempregado e na fiscalização das respectivas condições de trabalho e ainda em participações no custo das obras, carecendo neste caso de autorização do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

7) Outras formas de actividade

Art. 81.º A Casa do Povo poderá conceder empréstimos aos sócios efectivos para a exploração agrícola ou de pequenas indústrias de carácter doméstico, desde que seja aprovado o regulamento destas operações de crédito e se encontre devidamente autorizada pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Art. 82.º A Casa do Povo poderá promover entre os seus sócios, nos termos das leis vigentes, a organização de sociedades cooperativas de produção ou de consumo.

IV

Administração e funcionamento

1) Generalidades

Art. 83.º Os órgãos administrativos da Casa do Povo são a assembleia geral e a direcção.

Art. 84.º A duração dos mandatos dos membros da mesa de assembleia geral e da direcção é de três anos.

Art. 85.º É gratuito o exercício dos cargos da mesa da assembleia geral e da direcção.

Art. 86.º É permitida a reeleição para todos os cargos sociais.

2) Da assembleia geral

Art. 87.º A assembleia geral é constituída por todos os sócios efectivos que sejam chefes de família e se encontrem no pleno gozo dos seus direitos de associados.

Art. 88.º Compete à assembleia geral:

- 1.º Eleger os membros da direcção e o 2.º vogal da mesa;
- 2.º Examinar e discutir as contas anuais;
- 3.º Apreciar e aprovar contratos e acórdos colectivos de trabalho;
- 4.º Discutir e votar as alterações a introduzir eventualmente nos estatutos que lhe forem submetidas pela direcção;
- 5.º Dar parecer sobre todos os assuntos que lhe forem propostos pela direcção.

Art. 89.º É expressamente proibida a discussão de assuntos alheios à competência da assembleia geral.

Art. 90.º A assembleia geral reunirá ordinariamente uma vez em cada ano, até ao fim do mês de Fevereiro, para se pronunciar acerca das contas do exercício findo, e de três em três anos, na segunda quinzena de Novembro, para proceder à eleição dos membros da direcção e do 2.º vogal da mesa.

Art. 91.º A título extraordinário, a assembleia geral reunirá toda a vez que fôr convocada pelo presidente, quer por iniciativa própria, quer a pedido de um terço dos sócios efectivos que nela possam tomar parte.

Art. 92.º A convocação da assembleia geral será feita por aviso afixado na sede da Casa do Povo durante os quinze dias que antecederem a data designada.

Art. 93.º Os sócios não podem fazer-se representar nas sessões da assembleia geral.

Art. 94.º A mesa da assembleia geral é formada por um presidente e dois vogais, um dos quais designado para substituir aquêle nas suas faltas e impedimentos.

§ único. O presidente e o vogal que deve substituí-lo serão eleitos de entre os sócios contribuintes e o outro vogal de entre os efectivos.

Art. 95.º O presidente da mesa da assembleia geral e o vogal seu substituto são eleitos em reunião dos sócios contribuintes, que será convocada para se realizar na primeira quinzena de Novembro.

§ único. Se não comparecer a maioria dos sócios contribuintes, será convocada de novo a reunião para os oito dias imediatos, e se desta vez não estiver presente um mínimo de dez sócios contribuintes considerar-se-á renovado o mandto para o novo triénio.

Art. 96.º Incumbe ao presidente da assembleia geral:

1.º Convocar as reuniões e dirigir os trabalhos da assembleia, mantendo a ordem e orientando a discussão dos assuntos;

2.º Assinar o expediente e rubricar os livros que digam respeito à assembleia geral;

3.º Dar posse aos membros da mesa e da direcção;

4.º Assistir às reuniões da direcção, com voto consultivo, sempre que o julgue conveniente;

5.º Outorgar com a direcção em todos os actos que interessem a Casa do Povo e devam constar de documento autêntico;

6.º Defender os interesses da Casa do Povo no Grémio da Lavoura do concelho e promover, por todos os meios ao seu alcance, a íntima colaboração dos dois organismos;

7.º Exercer a representação da Casa do Povo no Conselho Municipal;

8.º Cooperar com a direcção na realização dos fins da Casa do Povo, orientando e fiscalizando a sua actividade.

Art. 97.º Os dois vogais da mesa da assembleia geral secretariam as reuniões, incumbindo-lhes todo o expediente respectivo e a escrituração dos livros competentes.

Art. 98.º As eleições realizam-se por escrutínio secreto, devendo as listas indicar os nomes e os respectivos cargos.

§ único. Servirão de escrutinadores dois sócios efectivos que façam parte da assembleia.

Art. 99.º Finda a eleição, serão proclamados eleitos os mais votados; no caso de empate preferirá o sócio mais antigo, e em igualdade de circunstâncias o mais idoso.

§ único. As dúvidas que se levantarem serão resolvidas pela mesa.

Art. 100.º A eleição só é válida depois de sancionada pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

§ único. No caso de recusa da sanção proceder-se-á a nova eleição total ou parcial, no prazo máimo de quinze dias.

Art. 101.º Os lugares que vagarem depois da eleição serão preenchidos por designação do presidente da assembleia geral, sancionada nos termos do artigo anterior, devendo os escolhidos servir até ao fim do triénio em curso.

Art. 102.º Não podem ser eleitos para os cargos sociais :

1.º Os sócios que houverem feito parte de alguma direcção dissolvida pelas autoridades competentes ;

2.º Os sócios que sejam devedores à Casa do Povo de quaisquer quantias ou que figurem como fiadores ou abonadores em contratos com ela celebrados ;

3.º Os sócios que, por qualquer forma, negoceiem com a instituição.

Art. 103.º Nenhum associado poderá votar em assunto que lhe diga particularmente respeito.

3) Da direcção

Art. 104.º A direcção é constituída por três sócios efectivos, chefes de família e no pleno gôso dos seus direitos de associados, que exercerão os cargos de presidente, secretário e tesoureiro.

Art. 105.º A direcção tomará posse no primeiro domingo imediato ao conhecimento pela Casa do Povo da sanção da respectiva eleição.

§ único. A direcção cessante continuará em exercício até à posse da nova, acto em que se efectuará a entrega de todos os bens da Casa do Povo por meio de inventário, que será devidamente assinado e arquivado.

Art. 106.º A direcção deve reunir sempre que se torne necessário para o bom andamento dos negócios da Casa do Povo e, obrigatoriamente, pelo menos uma vez em cada mês.

Art. 107.º Na primeira reunião de cada mês a direcção é obrigada a proceder à revisão de contas, com a assistência do presidente da assembleia geral, sendo o primeiro acto da reunião a conferência da Caixa.

§ único. Do livro de actas da direcção constará sempre o estado das contas.

Art. 108.º Os directores e o presidente da assembleia geral são solidariamente responsáveis, civil e criminalmente, para com a instituição e para com terceiros pelos actos de gerência que importem infracção dos presentes estatutos ou das disposições legais applicáveis.

Art. 109.º A direcção não pode fazer por conta da Casa do Povo operações alheias à respectiva administração, cobrar cotas diferentes das estabelecidas legalmente ou aplicar quaisquer quantias para fins que não estejam expressamente designados.

§ único. Os factos proibidos neste artigo são considerados como falta grave no exercício das funções da direcção.

Art. 110.º Aos membros da direcção e ao presidente da assembleia geral é expressamente proibido negociar com a Casa do Povo, quer em nome próprio, quer por interposta pessoa.

Art. 111.º Compete à direcção :

1.º Representar a Casa do Povo em juízo e fora dele, salvo o disposto no n.º 7.º do artigo 96.º ;

2.º Organizar os serviços da instituição e contratar os empregados, fixando a sua remuneração;

3.º Apresentar anualmente à assembleia geral as contas do exercício anterior;

4.º Assinar, em nome da Casa do Povo, contratos e acórdos colectivos de trabalho e demais compromissos de carácter corporativo, quando para tanto autorizada, e assegurar a sua execução por todos os meios legítimos ao seu alcance;

5.º Executar e fazer executar pelos associados as disposições destes estatutos e as disposições legais vigentes e bem assim as deliberações da assembleia geral;

6.º Administrar as receitas com o maior zelo e economia;

7.º Aplicar penalidades nos termos dos presentes estatutos;

8.º Resolver sobre as pretensões formuladas pelos sócios ou por outros beneficiários do Fundo de Previdência;

9.º Propor ao presidente da assembleia geral a reunião desta, quando o entender indispensável;

10.º Dar balanço mensalmente aos fundos da instituição, verificando os documentos de caixa;

11.º Organizar e remeter à mesa da assembleia geral a relação dos sócios que podem votar e ser votados para os diferentes cargos da Casa do Povo, até três dias antes das respectivas reuniões;

12.º Patentear a escrita e mais documentos aos funcionários do I. N. T. P., no exercício das suas funções de fiscalização;

13.º Escriturar devidamente os livros competentes;

14.º Tomar conhecimento das faltas verificadas no serviço e providenciar convenientemente;

15.º Outorgar em todos os actos que interessem à Casa do Povo;

16.º Praticar todos os mais actos conducentes à realização dos fins da Casa do Povo e tomar todas as resoluções necessárias em matérias que não sejam declaradas da competência da assembleia geral;

17.º Elaborar os orçamentos.

Art. 112.º Incumbe especialmente ao presidente da direcção:

1.º Convocar as reuniões da direcção, de acôrdo com o presidente da assembleia geral;

2.º Assinar a correspondência;

3.º Superintender em todos os assuntos administrativos e orientar os serviços.

Art. 113.º É das atribuições do secretário:

1.º Substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Lavrar as actas das sessões da direcção e executar o mais serviço de secretaria.

Art. 114.º O tesoureiro é o depositário responsável dos fundos da Casa do Povo, e como tal pertence-lhe:

1.º Observar todas as resoluções da direcção que digam respeito a receita e despesa;

2.º Receber e guardar os valores pertencentes à instituição;

3.º Escriturar o livro «Caixa» e tê-lo sempre em dia, extraindo periodicamente os dados necessários para se avaliar a situação económica da Casa do Povo;

4.º Arquivar todos os documentos de receita e despesa ;
5.º Preencher e assinar os recibos das cotas ou de quaisquer outras verbas de receita ;

6.º Manter a direcção a par do estado das cobranças, particularmente no que respeita ao pagamento de cotas.

Art. 115.º O secretário e o tesoureiro, nos seus impedimentos temporários, serão substituídos pelos socios efectivos que o presidente da assembleia geral designar.

V

Regime financeiro

Art. 116.º O exercício anual da Casa do Povo corresponde ao ano civil.

Art. 117.º Constituem receita da Casa do Povo :

1.º O produto das cotas dos sócios efectivos, contribuintes e protectores ;

2.º As importâncias pagas pelos beneficiários do Fundo de Previdência ;

3.º Os subsídios do Fundo Comum das Casas do Povo ;

4.º Os auxilios do Estado por ocasião de epidemias ou outras calamidades ;

5.º Os donativos, legados ou heranças aceites a beneficio de inventário e precedendo autorização do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social ;

6.º Os juros e outros rendimentos dos bens que possuir ;

7.º Os proventos resultantes de qualquer forma de actividade que exerça e deva ser remunerada, nos termos dos estatutos e da lei.

Art. 118.º As despesas da Casa do Povo são as que provierem da execução dos presentes estatutos e da legislação applicável.

Art. 119.º Anualmente será pela Casa do Povo elaborado e submetido, até 30 de Novembro, à sanção do I. N. T. P. o orçamento para o ano seguinte, em que se descriminarão as receitas ordinárias e as extraordinárias, e bem assim as despesas de administração, sociais e de fomento, descrevendo-se em rubricas próprias as verbas que especialmente se referem a movimento do Fundo de Previdência.

Art. 120.º A Casa do Povo poderá elaborar, no decorrer do ano, até dois orçamentos supplementares, destinados a ocorrer a despesas imprevisas ou insufficientemente dotadas no orçamento ordinário, devendo estes orçamentos ser submetidos à sanção do I. N. T. P.

Art. 121.º Até 31 de Março de cada ano serão apresentadas no I. N. T. P. as contas relativas ao exercício anterior.

VI

Disposições gerais e transitórias

Art. 122.º A inscrição como sócios de todos os individuos em situação de serem admitidos como efectivos ou contribuintes deverá estar completa no prazo máximo de três meses, contados da publicação no *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* do alvará de aprovação dos estatutos da Casa do Povo.

§ único. Observar-se-ão, quanto à inscrição inicial dos sócios, as disposições contidas no artigo 11.º e seus parágrafos.

Art. 123.º A Casa do Povo não pode utilizar ou ceder, em nenhum caso, a sua sede ou contribuir com os seus meios de acção para qualquer espécie de actividade política ou social contrária aos interesses da Nação ou à Constituição do Estado.

Art. 124.º A Casa do Povo pode adquirir, a título gratuito ou oneroso, terrenos para edificação de prédios urbanos, destinados às suas instalações ou para directa realização dos fins sociais.

Art. 125.º Nos termos da lei, a Casa do Povo está isenta de:

a) Custas e selos nos processos judiciais, administrativos e fiscaes em que fôr interessada;

b) Imposto do selo no alvará de aprovação dos estatutos, nos livros de escrituração, nos recibos de cotização dos sócios, nos recibos passados pelos sócios ou outros beneficiários por quaisquer quantias recebidas a título de previdência ou de assistência, nas reclamações e recursos sobre assuntos do seu interesse e documentos que os instruem;

c) Sisa ou imposto sobre sucessões pela transmissão de quaisquer bens mobiliários e imobiliários que adquira por qualquer título, com prévia autorização do Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, na parte que fôr destinada para sua instalação e directa realização dos seus fins;

d) Contribuição predial relativamente aos prédios que possuir nas condições da alínea anterior, sem prejuízo da isenção geral concedida pela legislação vigente para o fomento da construção de habitações.

Art. 126.º Dentro da área da Casa do Povo não poderá, de harmonia com a lei vigente, ser autorizada a criação nem permitido o funcionamento de outra organização da mesma índole ou de qualquer associação recreativa cuja acção contrarie ou embarce a sua.

§ único. Pode igualmente ser proibida a instalação de estabelecimentos de venda de vinho a copo num raio de 100 metros em torno do edificio da Casa do Povo, se a vizinhança de tais estabelecimentos fôr nociva à vida social da instituição.

Art. 127.º Nos termos da lei, o Estado vigiará o funcionamento da Casa do Povo, podendo suspender temporariamente a sua actividade ou dissolvê-la no caso em que a sua acção se torne prejudicial aos interesses da ordem pública e social, independentemente das sanções pessoais applicáveis.

§ único. Em caso de dissolução os bens da Casa do Povo passarão para o Estado até à concorrência da cota entregue por este e o restante será destinado ao cofre da Junta de Freguesia.

Art. 128.º A Casa do Povo está, nos termos da lei, sujeita, quanto à sua actividade económica e social e à administração dos seus fundos, à fiscalização regular do I. N. T. P.

Art. 129.º Os presentes estatutos poderão ser alterados em virtude de proposta da assembleia geral, aprovada pelo Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

Art. 130.º Nos casos omissos observar-se-ão os principios consignados no Estatuto do Trabalho Nacional e a mais legislação applicável às Casas do Povo.